

Sobre a metodologia

Jairnilson Silva Paim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAIM, JS. Sobre a metodologia. In: *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, pp. 327-330. ISBN 978-85-7541-359-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

SOBRE A METODOLOGIA

Este estudo procurou articular os pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

No *pólo epistemológico* a Reforma Sanitária Brasileira (RSB) foi concebida como fenômeno histórico e social, enquanto *idéia-proposta-movimento-projeto-processo*. Assim, foram consideradas concepções de história, Estado e sociedade (PORTANTIERO, 1983) na construção do objeto – teoria do objeto (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999), admitindo-se uma “hipótese concorrente” e explicitando-se um “modelo teórico” (YIN, 2005, p. 49).

No *pólo teórico* considerou-se a noção de mudança social na análise da formação social brasileira examinando o desenvolvimento da sociedade e o papel do Estado na consolidação do capitalismo, via *revolução passiva e transformismo*. Desse modo, foram pensadas as lutas sociais no sentido de apreender o movimento sanitário, enquanto sujeito coletivo da RSB. Finalmente, uma reflexão sobre o Estado Brasileiro contemporâneo e identificação de parte da burocracia com o projeto da RSB fez-se necessária para compreender a pactuação obtida diante das especificidades do federalismo brasileiro.

No *pólo morfológico* apresenta-se um modelo teórico-conceitual que parte das relações entre Estado e sociedade para examinar as

dimensões institucional e societária da Reforma Sanitária em duas conjunturas: transição democrática (Geisel, Figueiredo e Sarney) e pós-constituente (Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula). Em ambas as conjunturas foram examinados fatos pró e anti-RSB com seus respectivos atores, políticas de saúde e organização de serviços. As perguntas que atravessam a análise e a interpretação dizem respeito aos tipos práxis social considerados: reforma parcial, reforma geral, movimentos políticos revolucionários e revolução do modo de vida (HELLER, 1986).

O *pólo técnico* diz respeito ao desenho do estudo e às fontes, procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados que, articulado aos demais pólos, procura reduzir os riscos do empirismo. Procurou-se seguir os passos convencionais de uma pesquisa (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2000) e não de um ensaio, mas com certa vigilância para evitar o empirismo. Este caminho metodológico buscou fundamentar-se no marxismo enquanto corrente teórica (PAIM, 2006b). A estratégia adotada foi o *estudo de caso* na medida em que se examinam acontecimentos contemporâneos e não uma pesquisa histórica, uma vez que “a contribuição distintiva do método histórico está em lidar com o passado ‘morto’” (YIN, 2005, p. 26).

A aproximação ao empírico no que se refere aos aspectos técnicos relativos à coleta, processamento, análise e interpretação dos dados utilizou como matéria prima o *discurso* expresso nos seguintes documentos: textos assinados e entrevistas publicadas de atores formuladores e implementadores da Reforma Sanitária; publicações técnico-científicas; dissertações e teses registradas no Banco da Capes; Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Saúde, Programas de Partidos Políticos, Programas de Candidatos Presidenciais, legislação do setor etc.); *position papers* e publicações de instituições e entidades (Cebes, Abrasco, Conass, Conasems, CFM, CNS etc.);

Foram examinados dois períodos distintos: o primeiro que vai da fundação do Cebes (1976) à promulgação da Constituição da República (1988). E o segundo, contemplando a conjuntura pós-constituente, analisou o final do governo Sarney, durante a transição

democrática (1988-1990), e os períodos Collor (1990-1992), Itamar (1993-1994), FHC (1995-2002) e Lula (2003-2006). Em cada um desses momentos procurou-se identificar os fatos produzidos em função da direcionalidade do projeto da RSB e aqueles que se colocavam como obstáculos para a sua implementação.

A primeira conjuntura, mais documentada e estudada, tomou como apoio fundamental algumas pesquisas realizadas (TEIXEIRA, 1989, GERSCHMAN, 1995, ESCOREL, 1998), exercitando um diálogo crítico com as mesmas. Além dos artigos publicados em revistas e jornais do campo da saúde no período, o estudo concentrou a sua atenção nos textos produzidos para a 8ª CNS e no seu Relatório Final. Desse modo, procurou-se verificar a evolução da *idéia* e da *proposta* que resultaram no *projeto* da RSB até a sua legitimação social e política na 8ª CNS e na Constituição.

A segunda conjuntura com uma produção mais ampla e diversificada deu prioridade à vertente acadêmica (Banco de dissertações e teses da Capes), além de livros e artigos publicados nas revistas e jornais acima mencionados. Já não tendo tantos estudos, escritos “ao calor da luta”, privilegiou-se a análise de alguns textos produzidos por intelectuais orgânicos do movimento na década de noventa e no presente século, capazes de refletir sobre a realidade correspondente à implementação da RSB (FLEURY, 1992, 1995, 1997, LIMA *et al.*, 2005, FALEIROS *et al.*, 2006). No âmbito das políticas públicas, foram analisados os relatórios das CNS, 9ª (1992), 10ª (1996), 11ª (2000) e 12ª (2003), bem como legislação, documentos de políticas, normas operacionais, planos, programas e projetos.

Nos relatórios das CNS e editoriais do Cebes e da Abrasco foi contado o número de vezes em que aparecia a expressão Reforma Sanitária, retirando-se para análise os respectivos trechos. Nos demais textos procedia-se a uma *análise de conteúdo* para identificação de fatos e interpretações de atores. Desse modo, o *componente descritivo* considerou o ciclo *idéia-proposta-movimento-projeto-processo* para o “encadeamento de evidências” (YIN, 2005, p. 109).

Não foram realizadas entrevistas com informantes-chave. Já que a maioria dos atores sociais que conceberam a RSB foram *autores* no sentido, também, da produção intelectual, suas posições e reflexões encontram-se disponíveis em textos de diversos formatos, inclusive as de sujeitos coletivos a exemplo do Conass, Conasems, Cebes e Abrasco.

Quanto ao plano *extra-discursivo*, foram realizadas *análises de conjunturas* no período da transição democrática (1985-1988) e no período pós-constituente, tomando como referência analítica o *enfoque histórico-estrutural* (PORTANTIERO, 1983, TEIXEIRA, 1985, GODELIER, 1989).